

OS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES SOCIOLINGÜÍSTICAS

Melbiany Barros SARAIVA
Universidade Federal de Alagoas
mel.biany@hotmail.com

Aldir Santos DE PAULA
Universidade Federal de Alagoas
aldir.paula@fale.ufal.br

RESUMO: Uma das funções da instituição escolar é oportunizar aos estudantes atividades que permitam o maior contato possível com a diversidade linguística em suas situações reais de uso da língua, de modo a ampliar sua competência comunicativa. Inseridas nessa pluralidade linguística estão as variações linguísticas, as quais se adequam ao contexto sociocomunicativo em uso. Este artigo apresenta breves reflexões pautadas nos pressupostos da sociolinguística no que concerne à importância do estudo da variação linguística nos documentos norteadores das aulas da Educação Básica das escolas brasileiras, a partir das contribuições de Bagno (2009; 2012), Marcuschi (1997; 2010), Falsarella (2004), Martelotta (2011), dentre outros. Ao realizar uma pesquisa documental dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1998) e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), conclui-se que é possível desenvolver um trabalho com o foco na variação linguística, mesmo que não seja posto de modo esclarecedor nesses documentos como esse trabalho será desenvolvido. Evidencia-se também a importância das ações do profissional docente e do fortalecimento no papel dos currículos como elementos determinantes para o processo de ensino-aprendizagem, no que se refere ao estudo dos fenômenos linguísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística. Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular.

THE GUIDING DOCUMENTS OF BASIC EDUCATION AND THEIR SOCIOLINGUISTIC CONTRIBUTIONS

ABSTRACT: One of the functions of the school institution is to provide students with activities that allow the greatest possible contact with linguistic diversity in their real situations of language use, in order to expand their communicative competence. Inserted in this linguistic plurality are linguistic variations, which adapt to the socio-communicative context in use. This article presents brief reflections based on the assumptions of sociolinguistics regarding the importance of studying linguistic variation in the documents guiding Basic Education classes in Brazilian schools, based on the contributions of Bagno (2009; 2012), Marcuschi (1997; 2010), Falsarella (2004), Martelotta (2011), among others. When carrying out documentary research on the National Curricular Parameters – PCN (Brazil, 1998) and the National Common Curricular Base – BNCC (Brazil, 2017), it is concluded that it is possible to develop work with a focus on linguistic variation, even if it is not explain how this work will be carried out in these documents. The importance of the actions of the teaching professional and the strengthening of the role of curricula as

determining elements for the teaching-learning process is also evident, with regard to the study of linguistic phenomena.

KEYWORDS: Linguistic variation. Basic education. Common National Curriculum Base.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os documentos oficiais de orientação para a Educação Básica têm contemplado propostas de atividades que reforçam a necessidade de uma prática em que os fenômenos de variação linguística sejam considerados e salientam que os professores de Língua Portuguesa devem propor a “elaboração de textos procurando incorporar na redação traços da linguagem de grupos específicos” (Brasil, 1998, p. 83).

No entanto, não é raro encontrar, nos diversos contextos sociais, um posicionamento carregado de estigma gerado pela aversão à variação linguística, que traz como consequência a ideia de que o falante do Português Brasileiro (PB) não domina o seu idioma e, nas salas de aula, de que a Língua Portuguesa é muito difícil de aprender, já que, historicamente, tais aulas devem garantir o domínio de regras da gramática normativa. Sobre esse pensamento, Bagno (2009, p. 51) afirma que

Todo falante nativo de uma língua sabe essa língua. Saber uma língua, na concepção científica da linguística moderna, significa conhecer intuitivamente e empregar com facilidade e naturalidade as regras básicas de funcionamento dela. (Bagno, 2009, p. 51).

No ambiente escolar, a Sociolinguística Educacional, ancorada nos estudos de Bortoni-Ricardo (2004; 2005) e Bagno (2009; 2012), oferece relevante contribuição pedagógica aos documentos que orientam a Educação Básica, além de ajudar os professores na compreensão de questões que permeiam a variação linguística encontrada nas produções em sala de aula, além de promover uma reflexão sobre a flexibilidade e a

dinamicidade da língua, trazendo orientações de como tratar as formas de adequações necessárias próprias de cada contexto interativo.

Partindo dessa concepção, este trabalho procura refletir sobre algumas temáticas, as quais serão abordadas distintamente em cada tópico que a partir daqui serão desenvolvidos, sempre relacionando-as com os documentos norteadores da Educação Básica nas aulas de Língua Portuguesa, a saber: os PCN (Brasil, 1998) e BNCC (Brasil, 2017; 2018). Feita a introdução, o primeiro tópico trata a abordagem da variação linguística nesses documentos. Já o segundo tópico é dedicado ao tratamento dessa variação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Seguidamente, apresentam-se as considerações finais e as referências levantadas para este estudo.

1 A ABORDAGEM DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES

Como já dito, nos estudos sociolinguísticos, a natureza da linguagem é apresentada como social, sendo assim, a língua é vulnerável às questões relacionadas ao uso e é demonstrada de modo heterogêneo, sendo, portanto, passível de variação e de mudança. Desde 1997, com a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN –* (BRASIL, 1998), a visão de língua polissistêmica (Bagno, 2012) vem sendo considerada nos documentos oficiais da educação brasileira como um meio de dar um novo significado ao ensino da língua.

Nessa nova visão, os estudos linguísticos apresentam como pertinente o componente social e descortina a existência de uma variação ligada à comunidade de fala, já que o falante tem a possibilidade de se comunicar de várias formas, ao considerar os distintos contextos comunicativos. Desse modo, a língua não é vista apenas como um

sistema de regras categóricas e invariantes, mas passa a ser compreendida como um sistema variável, o que permite assimilar seus elementos internos e externos.

Seguindo esse pensamento, Martelotta (2011) discorre que a variação é tida como essencial às línguas, o que possibilita apresentar formas distintas com significados e funções equivalentes numa mesma comunidade de fala, seja no nível do vocábulo, da morfossintaxe e/ou do fonético-fonológico, coexistindo ao longo do tempo ou apresentando um estágio de mudança.

Ao publicar os *PCN*, o Ministério da Educação - MEC apresentou para a educação brasileira uma ressignificação de ensino da Língua Portuguesa em todo o território nacional, que serviria de modelo a ser utilizado por estados e municípios ao elaborarem os seus currículos, já que esses documentos oficiais vieram como reforço ao que os sociolinguistas já teorizavam. Santos e Melo (2019, p. 116) afirmam que: “É esse fator social atrelado à cultura, à história e à espacialização, tanto sincrônica quanto diacronicamente, que garante muitas variedades dialetais na Língua Portuguesa, no Brasil, por exemplo”.

Sabe-se que é no contexto social que os falantes estabelecem suas relações interativas de comunicação, e a instituição escolar é partícipe desse contexto, o que possibilita o estudo e a sistematização dos fenômenos linguísticos existentes. Para Görski e Coelho (2009, p. 76), “[...] o sistema linguístico não é homogêneo, mas é constituído de regras variáveis (ao lado de regras categóricas), que atuam em todos os níveis linguísticos: fonológico, morfológico, sintático, lexical e discursivo”. Para as autoras, essa não homogeneidade que a linguagem posta em uso permite pode ser categorizada, tipologicamente, como:

a) *Variação diastrática ou social*: nesse tipo de variação, questões socioculturais e socioeconômicas, como sexo, idade, classe social, profissão, grau de escolaridade são

relevantes para análise de fenômenos, tais como: a vocalização, que é a passagem de uma consoante a vogal, como se dá em *falta* pronunciado [^l fawta].

b) *Variação regional ou diatópica*: acontece por causa das diferenças entre regiões. Sendo o Brasil um país continental, é comum serem encontradas palavras ou expressões que exemplifiquem bem esse tipo de variação; serve como exemplo a palavra “macaxeira”, que dependendo da região pode receber o nome de “mandioca”, “aipim”, “maniva”, entre outros;

c) *Variação estilística*: acontece quando o falante, em diferentes contextos comunicativos, faz uso de uma linguagem específica de acordo com o grau de intimidade, com o tipo de assunto e com os interlocutores envolvidos, podendo ir aos extremos de dois estilos, a saber: o formal (discurso com monitoramento linguístico) e o informal (discurso descontraído).

De modo relevante, as propostas apresentadas em documentos oficiais descortinam à comunidade escolar um ensino da língua materna com uma nova caracterização do ensino da língua materna.

Para Santos e Melo (2019),

Tais propostas, em geral, mantêm uma dada uniformidade: esses documentos têm o fito de não só formar professores, mas também alunos capazes de refletir sobre a língua em uso, apartando-se das práticas de preconceito linguístico e de um ensino centrado na Gramática Tradicional. A partir desse desdobramento histórico, acerca da inovação do currículo de língua portuguesa, entendemos que a escola parece funcionar como uma instituição responsável por promover essas reflexões sobre a dinamicidade da língua, bem como fomentar atividades que possibilitem ao discente o contato com as variedades linguísticas, a fim de expandir sua competência comunicativa. (Santos e Melo, 2019, p. 117).

Seguidamente aos PCN (Brasil, 1998), a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) apresenta a variação linguística com uma proposta do ensino de Língua Portuguesa

delineada a partir de uma visão com traços sociolinguísticos. Esse documento possui caráter normativo, foi editado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologado em 2017 pelo MEC. Ele apresenta a sua própria definição como “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2017, p. 7).

A partir da realidade apresentada nesses documentos, vê-se a necessidade de adequação das aulas de Língua Portuguesa à dinamicidade linguística vivenciada pelas comunidades encontradas nessas instituições, mesmo que essas discussões já tenham sido levantadas há algum tempo. Dentre alguns argumentos levantados, a BNCC (Brasil, 2017) apresenta em seus registros que

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). [...] Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história. (Brasil, 2017, p. 20).

Com isso, a BNCC (Brasil, 2017) reafirma que os documentos norteadores os quais a antecederam, apresenta, dentro de um conjunto de habilidades e de competências, orientações sobre a maneira de ver e de trabalhar a língua, em que as noções de “certo x errado” não são mais o foco nas aulas de língua materna, além de apresentar sugestões que norteiam o fazer pedagógico pautado numa visão em que não são desconsideradas as questões sociais.

Em relação a sua organização, a BNCC (Brasil, 2017) é dividida em duas partes:

1. *a nacional básica curricular*: que dispõe dos currículos escolares mínimos, com os seus conhecimentos básicos, a fim de alcançarem todos os estudantes de todos os estados federativos;

2. *a diversificada*: que diz respeito aos conhecimentos complementares, que levarão em consideração a diversidade brasileira de cada estado federativo, respeitando o seu povo e as suas culturas.

No Quadro 1, é possível observar, comparativamente, as principais modificações existentes entre os PCN e a BNCC nos eixos da linguagem que permeiam as aulas de Língua Portuguesa.

Quadro 1 – Comparativo entre os PCN e a BNCC

EIXO	PCN	BNCC
<i>Leitura</i>	- Era recomendado que os textos fossem considerados a partir de um contexto. Os gêneros textuais eram baseados, especialmente, na linguagem escrita e nos suportes analógicos, como jornais, livros, cartazes, entre outros.	- A escuta ativa é tida como um comportamento necessário à interpretação do texto oral, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. - Nas habilidades de leitura, é fundamental considerar o contexto de produção, visto que a língua comumente é estudada no seu uso social. - É desenvolvida a cultura digital com os textos multimodais, em que as produções escritas e a audiovisual interagem. Ao final dos anos finais do Ensino Fundamental, os alunos precisam estar capacitados a ler, compreender e criticar essas produções.
<i>Escrita</i>	- A escrita já era abordada como produto da interação social, no entanto, a produção textual era tida como um procedimento que seguia uma metodologia adequada à aprendizagem dessa prática.	- Leva-se em consideração alguns determinantes sociais da escrita, no momento da produção textual: o contexto, o gênero, a situação de comunicação, o interlocutor, a variação linguística, entre outros. - A habilidade de produção está comumente ligada a outras práticas linguísticas, como as de leitura e as de análise linguística/semiótica. - Traz especificidades da leitura e da escrita em ambientes digitais.
<i>Gramática, análise linguística e semiótica</i>	- As questões gramaticais não foram tratadas de forma objetiva, já que a língua deveria ser considerada em situações de uso.	- As questões gramaticais estão mais explicitadas, norteando esse estudo a cada etapa do Ensino Fundamental. - O estudo da língua deve ser feito de forma contextualizada às práticas sociais, com a

		compreensão das formas de uso e de acordo com o contexto, substituindo a memorização de regras. - A análise linguística, em classe, deve abranger textos multimodais e multissemióticos.
<i>Oralidade</i>	- Já tinha na interação com o outro o instrumento de estudo da língua oral e da escrita, aplicadas em situação de uso. - Estabelecia de forma genérica como abordar e trabalhar a linguagem oral.	- Um fundamento pedagógico de demonstrar competência linguística é a capacidade de se produzir discursos — orais ou escritos — adequados às situações de uso. - O documento aponta os conhecimentos necessários às competências e às habilidades linguísticas que dizem respeito às práticas da oralidade, que se espera que as crianças e os jovens desenvolvam em cada etapa da Educação Básica em todo o país.

Fonte: Informações coletadas pelos autores com base em Brasil (1998) e Brasil (2017).

Com essa mudança na concepção do ensino de português, a complexidade que envolve todo o contexto pedagógico sobre as orientações dadas pela BNCC (Brasil, 2017) se constitui motivo de muitos desafios na prática escolar dos professores brasileiros, visto que esse documento veio influenciar diretamente nas políticas públicas e no trabalho docente, através das várias adequações e transposições previstas, principalmente, no que diz respeito às aulas de leitura, de produções de textos orais e/ou escritos e de desenvolvimento de análises linguísticas.

Nesse documento, é possível verificar afirmações como:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão, e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (Brasil, 2017, p. 81).

Sendo assim, um ponto a ser destacado deve ser o da variação linguística como parte integrante do ensino da língua. Marcuschi (1997) pontua alguns aspectos relevantes sobre a variação, especialmente na modalidade oral.

Será de grande valia, pois, mostrar que a língua falada é variada e que a noção de um dialeto uniforme (não apenas no português, mas em qualquer língua) é uma noção teórica e não tem um equivalente empírico. Assim, entre muitas outras coisas, a abordagem da fala permite entrar em questões geralmente evitadas no estudo da língua, tais como as de variação e mudança, dois pontos de extrema relevância raramente vistas. (Marcuschi, 1997, p. 41).

Ao partir desse pressuposto, é possível verificar que o ensino eficiente da língua não diz respeito, apenas, à distinção feita pelo sujeito entre o que é certo e o que é errado, mas quando existe a possibilidade de ele refletir sobre o uso adequado da língua em diferentes contextos comunicativos, sejam eles orais e os multissemióticos.

Ao fazer uma relação entre a variação e as competências gerais da educação básica abordadas na BNCC, a *Competência 9* (nove) favorece de forma indireta uma reflexão sobre esse fenômeno:

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer. (Brasil, 2017, p. 10).

Já no que diz respeito às competências específicas de Língua Portuguesa, é possível destacar três competências do Ensino Fundamental que abordam diretamente sobre a variação linguística:

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual. (Brasil, 2017, p. 87).

Nas competências específicas de linguagem e suas tecnologias para o Ensino Médio, a que melhor defende a variação linguística é a *Competência 4*:

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2017, p. 490).

Desse modo, é perceptível que se deve levar em consideração o ensino da Língua Portuguesa em sua forma mais ampla, especialmente ao tratar de variação linguística nas construções de propostas curriculares tanto no âmbito estadual, quanto municipal e, até mesmo, em documentos curriculares específicos das instituições escolares, pois esse fenômeno precisa ser compreendido empiricamente, a fim de que seja abordado sem limitá-lo a uma ou a outra questão de cunho linguístico, social e/ou cultural.

Com isso, não se pode defender um ensino exclusivamente nos preceitos tradicionais, já que os sujeitos que participam dos atos comunicativos estão sempre em processo de transformação e mudança, o que, conseqüentemente, influenciará nas modificações da língua usada por eles, possibilitando a heterogeneidade linguística na qual eles se reconhecem.

Sendo assim, torna-se necessário conhecer um pouco mais sobre como a variação linguística é abordada em cada etapa da Educação Básica e quais as competências necessárias para a construção desse processo na sala de aula.

2 A BNCC NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

O texto da BNCC (Brasil, 2017) aponta para uma prática educacional em que os conteúdos dos currículos não sejam abordados de maneira isolada, mas aplicados a um contexto à realidade dos estudantes, propondo, com isso, uma abordagem significativa, no sentido de que seja possível o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes em suas diversas capacidades e habilidades, conforme proposta descrita nos quadros apresentados a seguir, os quais descrevem as competências esperadas para o estudo da língua no Ensino Fundamental.

Em relação ao Ensino Fundamental (EF), a BNCC (BRASIL, 2017) considera relevante que os estudantes dos anos finais retomem e ressignifiquem todo o conhecimento adquirido nos anos iniciais nos diversos componentes curriculares, a fim de que eles consolidem a sua autonomia e a sua criticidade por meio do conhecimento e das informações, assim como tenha a possibilidade de ampliar as práticas de linguagem. O documento tem como foco a valorização da diversidade sob diversos aspectos vivenciados por esses estudantes.

[...] Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola. (Brasil, 2017, p. 61).

Ao tratar das competências da área de linguagens, a BNCC ressalta seis competências que estão alinhadas com as competências gerais da Educação Básica, conforme o Quadro 2 com as competências específicas para o EF.

Quadro 2 – Competências específicas para o Ensino Fundamental

1	Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2	Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3	Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.
4	Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
5	Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
6	Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

Fonte: Brasil (2017, p. 65).

É possível observar, especialmente, nas competências de 1 a 4 como as diferentes linguagens são evidenciadas, o que possibilita ao sujeito ampliar o seu conhecimento por meio de uma prática fundamentada na diversidade e nas experiências humanas, históricas, sociais e culturais.

No entanto, essas considerações envolvem algumas complexidades, visto que entre a teoria e a prática em sala de aula existem alguns percalços, seja por questões territoriais, sociais, ou até mesmo pelo fazer pedagógico de alguns docentes resistentes a mudanças, que insistem em manter experiências obsoletas, fundamentadas em suas próprias

concepções, distanciando os currículos e os projetos pedagógicos do que é proposto pelo documento. Sobre essa questão Falsarella (2004) observa que:

Qualquer proposta de inovação em práticas de sala de aula passa necessariamente pelo crivo e pela aceitação do professor, pelas relações que ele estabelece com sua prática já construída, pelas representações que revela sobre seu papel docente, pelo modo como articula esses elementos para construir sua identidade profissional. É o professor que efetiva, ou não, as mudanças na sua prática cotidiana. (Falsarella, 2004, p. 5).

Nesse aspecto, é possível observar que a BNCC (Brasil, 2017) apresenta em si um novo olhar, não apenas para Língua Portuguesa, como também para todos os componentes curriculares. Especificamente para o ensino de Língua Portuguesa, a BNCC coloca o texto como centro da construção do saber aplicado a distintos gêneros, propostas e modalidades de linguagem. Em conformidade com esse pensamento, Gonzaga (2018) afirma que:

O objetivo principal da BNCC de Língua Portuguesa é proporcionar saberes linguísticos para que o aluno possa se comunicar nas mais variadas situações, considerando a dimensão oral e escrita da língua como um contínuo da aprendizagem. E é através do texto em sua modalidade verbal, visual e gestual definido como multimodalidade de linguagens, que são estimuladas as competências do educando. (Gonzaga, 2018, p. 105).

No que diz respeito às competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, a BNCC apresenta 10 competências, as quais discorrem sobre a necessidade de capacitação plena aos estudantes em seus diversos contextos sociais e nas mais diversas situações de interação comunicativa, conforme propostas apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental

1	Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2	Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de

	participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3	Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4	Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5	Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6	Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7	Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8	Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9	Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.
10	Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

Fonte: Brasil (2017, p. 85).

Com essas competências, é importante ressaltar o foco dado à língua como instrumento viabilizador de mudanças sociais a cada uma das competências apresentadas acima.

Na *competência 1*, a língua é vista como um fenômeno vivo, heterogêneo e influenciado pelas situações de uso, o que possibilita a criação identitária da comunidade social em que está aplicada; já na *competência 2*, a escrita é colocada como o instrumento de interação, atuação e ampliação do conhecimento, possibilitando ao aluno autonomia e protagonismo social; a *competência 3* aponta para o contato com a leitura, escuta e produção dos textos e suas diversas linguagens como meio de desenvolver uma aprendizagem satisfatória; a *competência 4* serve de suporte para esta pesquisa, visto que trata do fenômeno da variação linguística, ressaltando a necessidade do respeito diante das variedades linguísticas encontradas e a rejeição ao preconceito linguístico; dando

continuidade a esse pensamento; a *competência 5* reforça a aplicabilidade da linguagem adequada ao uso em interação comunicativa.

Em seguida, a *competência 6* fala sobre a relevância do pensamento crítico com pensamentos éticos; na *competência 7*, o texto é visto como um lugar de manifestação de sentidos e ideologias; a *competência 8* apresenta o texto para uma possível seleção de leituras para cumprimento de interesses pessoais; a literatura e outras manifestações artístico-culturais são valorizadas na *competência 9*, ao reconhecer a experiência literária como transformadora e humanizadora; a *competência 10* reforça a ideia de mobilização da cultura digital como meio de aprendizagem, reflexão sobre o mundo, e também como meio de produção de sentidos e desenvolvimento de projetos autorais.

Com essa apresentação, é possível ver, sinteticamente, que a BNCC reforça a ideia da influência do meio social e das condições de uma comunidade nas práticas de leituras e produções de sala de aula. Isso possibilita uma mudança de pensamento e serve, principalmente, como reflexão e conscientização para os docentes, já que esses desempenham o papel de mediadores da Língua Portuguesa dentro das instituições escolares. Essa concepção traz a possibilidade da criação e da propagação de novas metodologias que visem à desconstrução de alguns preconceitos, até então, disseminados nas escolas.

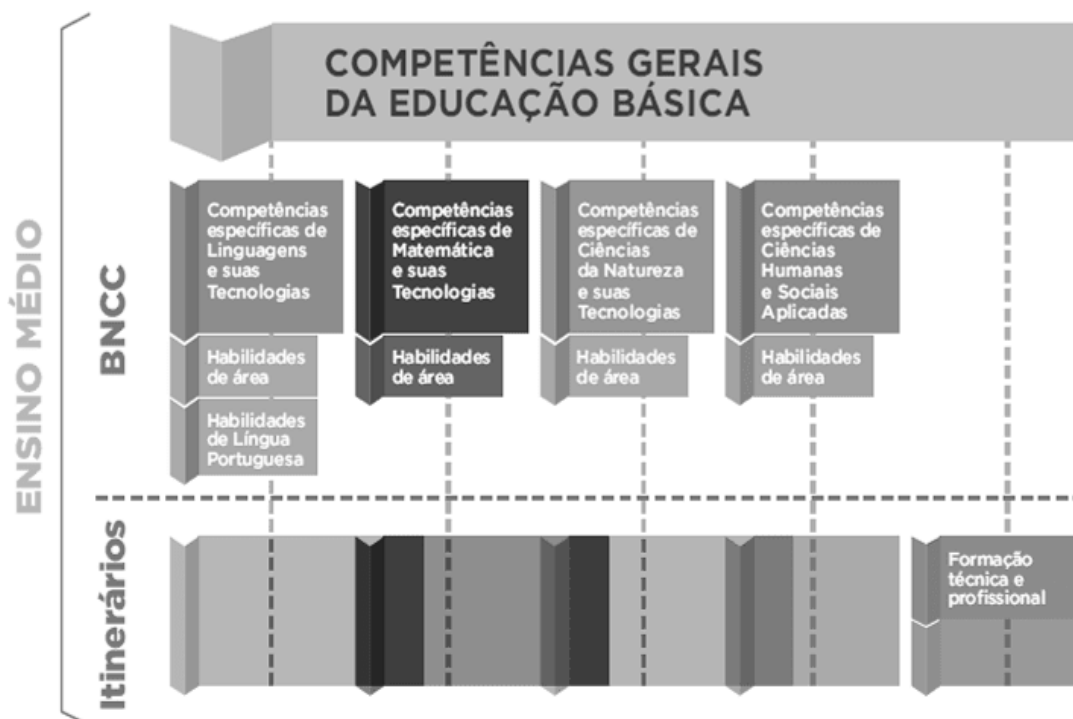
Diante disso, percebe-se a necessidade de compreender e atentar para as variedades linguísticas, especialmente as encontradas em produções realizadas em sala de aula, não apenas afirmando que elas são contrárias à norma, mas relacionando-as com o conceito de variação e seus fatores linguísticos e extralinguísticos, reforçando, assim, o quanto a diversidade enriquece o repertório do sujeito.

Para que esse trabalho em sala de aula seja bem delineado, ele não deve ser restrito somente ao Ensino Fundamental, é importante que seja desenvolvido também pelos docentes da etapa seguinte da Educação Básica, o Ensino Médio.

Tal qual a BNCC do Ensino Fundamental, a BNCC do Ensino Médio (EM) tem a sua organização por Áreas do Conhecimento, a saber: i) Linguagens e suas Tecnologias; ii) Matemática e suas Tecnologias; iii) Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e iv) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Cada área tem suas competências específicas que servem de orientação para o desenvolvimento e o aprofundamento ao longo da etapa do EM, já que o desenvolvimento de algumas dessas competências já está previsto nas competências de área do Ensino Fundamental. Na Figura 1, é possível observar como se estruturam as competências do EM, as quais são apresentadas por área de conhecimento e itinerários formativos.

Figura 1 - Áreas do conhecimento estruturadas na BNCC



Fonte: Brasil, 2018, p. 468.

É possível compreender que, em seu texto, a BNCC (Brasil, 2018) se preocupa com a formação cidadã e emancipatória do sujeito. Por meio do desenvolvimento das competências, cria-se a oportunidade de o sujeito adquirir os conhecimentos necessários para agir com respeito e criticidade no meio social onde ele está inserido; além de apresentar às instituições escolares propostas que proporcionem um desenvolvimento que leve em consideração não apenas o intelecto e a cognição, mas também questões culturais e sociais. A principal proposta

Está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais e no uso criativo das diversas mídias. (Brasil, 2017, p. 470).

De modo geral, a divisão dessas competências objetiva promover “protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a formação técnica profissional” (Brasil, 2017, p. 467); ademais, “as áreas de conhecimento e os itinerários integram dois ou mais componentes do currículo, para melhor compreender e transformar uma realidade complexa” (Brasil, 2017, p. 469).

Em relação à área da *Linguagem e suas Tecnologias*, esse documento orientador reconhece e amplia as aprendizagens estabelecidas na BNCC do Ensino Fundamental, dentro do componente Língua Portuguesa, que dialogam com as competências gerais da Educação Básica, como é possível observar no Quadro 4, que aborda as competências específicas do EM.

Quadro 4 – Competências específicas de Linguagens e suas tecnologias para o Ensino Médio

1	Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos
---	--

	diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
2	Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
3	Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.
4	Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.
5	Compreender os múltiplos aspectos que envolvem a produção de sentidos nas práticas sociais da cultura corporal de movimento, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.
6	Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
7	Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva

Fonte: Brasil, 2017, p. 490.

É notável que, no que diz respeito ao Ensino Médio, as disposições apresentadas têm como foco a linguagem e a sua importância ao relacioná-la às práticas sociais, visto que são essas práticas que possibilitam observar e explorar as variações que constituem o fenômeno linguagem. Nas discussões voltadas ao estudo da língua para o EM, a BNCC (Brasil, 2018) trata sobre a variação linguística explicitamente em apenas duas de suas habilidades, a saber:

(EM13LP09) Comparar o tratamento dado pela gramática tradicional e pelas gramáticas de uso contemporâneas em relação a diferentes tópicos gramaticais, de forma a perceber as diferenças de abordagem e o fenômeno da variação linguística e analisar motivações que levam ao predomínio do ensino da norma-padrão na escola.

(EM13LP10) Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos. (Brasil, 2018, p. 507).

Para o EM, como é possível comprovar na citação acima, a redação descrita aborda vários pontos significativos no que diz respeito ao ensino da língua; o que possibilita uma reflexão ampla que impulsiona inúmeras discussões, tais como: os estudos gramaticais, o fenômeno da variação linguística visto sob distintos níveis e dimensões, o preconceito linguístico institucionalizado; o que viabiliza uma reeducação linguística, assim como os sociolinguistas propõem.

Mattos e Silva (2004) defendem que

A escola brasileira hoje não tem mais como dar conta da transmissão do padrão linguístico preconizado pela tradição normativa, encontram-se na escola estudantes e professores, provenientes de diversificadas camadas populares brasileiras, portadoras de variantes linguísticas que se afastam do dialeto padrão que a escola pretende treinar e transmitir. (Mattos e Silva, 2004, p. 136).

Refletir sobre o ensino do português nas escolas brasileiras possibilita concluir que tais instituições ainda encontram barreiras em relação ao desenvolvimento social e suas implicações, visto que, mesmo com tantas discussões, esse ensino segue orientado pelo que dita a gramática normativa. Ainda apresentam a língua de maneira estagnada e descontextualizada das práticas que envolvem o seio social. Muitas vezes sem levar em consideração fatores que são de grande relevância na aquisição da língua escrita, desconsideram os fenômenos que envolvem a variação linguística e que surgem nas práticas de sala de aula.

É possível verificar que a BNCC (Brasil, 2017; 2018) traz embasamentos fortalecidos pela Sociolinguística Educacional, levantados por Bortoni-Ricardo (2004; 2005) e Bagno (2009; 2012), ao promover e pontuar a relevância da linguagem (seja ela na modalidade oral ou escrita) como instrumento de construção do conhecimento, quando posta às práticas sociais em seu contexto de uso, independentemente se for culto ou popular. Também estabelece relação com a Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]) posto que “fatores linguísticos e sociais (variáveis independentes) tendem a motivar a variação (variável dependente) e mudanças na língua em determinada Comunidade de Fala (CF)” (Silva, 2017, p. 57).

Ao abordar as manifestações da linguagem, a saber: (i) a *leitura*, (ii) a *produção de textos*, (iii) a *oralidade*, e (iv) a *análise linguística/semiótica*, a BNCC sugere que esses eixos sejam trabalhados nos espaços escolares sob diversas formas de produções e situações comunicativas, de modo a perpassar as modalidades escrita e oral, assim como a fortalecer a diversidade linguística ao propor contextos de uso em distintas formas de apresentação. Para isso, o aluno deverá

Saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (Brasil, 2018, p. 14).

Comumente, é no EM que acontece a reafirmação nos discursos, especialmente nos anos finais da Educação Básica, pois nessa etapa, geralmente, surgem novas situações, em que muitas decisões precisam ser tomadas. Esses são os momentos propícios para que o estudante coloque em prática todas as linguagens adquiridas ao longo de sua vida, promovendo-o, assim, como cidadão atuante, construindo a sua identidade social.

Desse modo, é perceptível que persiste a necessidade de uma prática em que o estudo da língua se mostre atrelado a situações reais de uso, como também os professores deixem de ver como produções úteis e significativas apenas aquelas que apresentam a norma-padrão e tomem consciência da complexidade que envolve as suas concepções e os seus processos linguísticos, culturais e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inúmeras e diversas as inquietações que perpassam os pensamentos dos docentes de Língua Portuguesa comprometidos com suas práticas em sala de aula, especialmente, no que diz respeito às reflexões linguísticas necessárias com que os discentes se depararão cotidianamente. Por isso, é importante trazer à tona e discutir, na prática, abordagens que ajudem esses estudantes no entendimento e no discernimento de aspectos que envolvam a variação da língua, a relação entre língua e sociedade, levando-os a pensar essa língua como sistema vivo, propício a flexibilidades, orientando-os em como lidar com as variações e os desvios próprios do processo de aquisição linguística.

Dessa forma, respaldados pelas pesquisas e pelos debates sobre os documentos que norteiam a Educação Básica, tanto os PCN quanto a BNCC, os docentes de Língua Portuguesa, por meio de distintos tipos e gêneros textuais, instrumentos tecnológicos e suas múltiplas funcionalidades, podem planejar e executar, junto aos estudantes, atividades que os levem a refletir “sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses)” (Brasil, 2018, p. 67), a fim de que o sujeito possa escolher a forma mais adequada ao uso, conforme o seu contexto.

Obviamente, esse aprofundamento nos estudos não se trata de uma imposição em que o papel da escola também seja o de “ensinar a falar”, mas é notório que nesse ambiente

a linguagem oral de uso dos estudantes também seja considerada como parte da diversidade linguística e que, assim como a escrita, sirva de reflexão sobre os usos possíveis da língua em seus diversos contextos comunicativos.

Espera-se que o professor de Língua Portuguesa seja capaz de vislumbrar, juntamente com os estudantes, alternativas a fim de propiciar o desenvolvimento deles no processo de suas construções linguísticas, inclusive ao observar, também, as variações encontradas nas produções dos seus alunos e, sem dúvida, uma das maneiras de alcançar esse propósito é investir no conhecimento por meio de estudos e pesquisas que resultem no seu crescimento profissional; oportunizando a esses estudantes uma aprendizagem capaz de demonstrar as suas competências e habilidades dentro da etapa estabelecida.

É necessário apresentar a língua como instrumento vivo de interação humana e de mediação no processo de construção de conhecimento, além de conceber as variedades linguísticas como fenômenos que confirmam essa dinamicidade da língua.

Tomando como pressuposto a heterogeneidade da Língua Portuguesa, verifica-se que todas as variações encontradas nas situações discursivas, sejam elas de modalidade falada ou escrita, devem ser estudadas e respeitadas; não se estabelecendo, assim, um jeito certo ou errado. A reflexão gerada a partir dos fenômenos encontrados levará o aluno ao amadurecimento da consciência linguística e à percepção de que uma variação não é melhor que outra, apenas ajustável a determinado contexto comunicativo.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2009. p. 51-62.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>.

FALSARELLA, A. M. **Formação continuada e prática de sala de aula: os efeitos da formação continuada na atuação do professor**. Campinas, São Paulo, 2004.

GONZAGA, Maria Angélica Lemos. **A Face Normativa da Base Nacional Comum Curricular**. In: RIBEIRO, Kelli da Rosa; NASCIMENTO, Silvana Schwab (org.). Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa (e)m Debate. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018. p. 103-112.

GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. Variação linguística e ensino de gramática. **Working papers em Linguística**, Florianópolis, 10 (1), 73-91, 2009.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

MARCUSCHI, L. A. Concepções de língua falada nos manuais de português de 1º e 2º graus: uma visão crítica. **Trabalhos de linguística aplicada**. Campinas, n. 30, p. 39-79, 1997.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português são dois: variação, mudança, norma e a questão do ensino de português no Brasil**. In: O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2004. p. 128-151.

SANTOS, A. S.; MELO, R. M. de. O ensino da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 115-132, set./dez. 2019.

SILVA, I. da. A variação da segunda pessoa do singular na fala popular – uma proposta sociolinguística e dialetológica para demarcar a língua em uso. **Web-Revista SOCIODIALETO – NUPESDD / LALIMU**, v. 7, n. 20, p. 54-83, nov./fev. 2017. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/issue/view/1>.